

Concurso Público para provimento dos cargos do quadro de pessoal Técnico-Administrativo em
Educação da UFSCar – 2026

ASSISTENTE SOCIAL

CADERNO DE QUESTÕES 22/03/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

O pássaro cantou hoje de manhã.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 04**.

Texto 1

Mulheres falam demais

Em nossa sociedade, parece haver o mito de que “as mulheres falam demais”. Mas o que isso quer dizer, exatamente? Será que as mulheres fariam mais que os homens e, por isso, “falam demais”? Ou será que elas simplesmente falam mais do que deveriam falar? Será que haveria uma comparação quantitativa entre a fala de homens e de mulheres para ver quem fala mais? Será que haveria um ideal de fala feminina, uma pretensa “quantidade máxima de fala” “normal” para as mulheres? Essas indagações mostram, na verdade, dois mitos que podem ser facilmente desconstruídos.

Começemos pela indagação: As mulheres falam quantitativamente mais que os homens? Essa pergunta pode ser pensada por dois vieses: o primeiro é o biológico; o segundo, cultural. Será que biologicamente a mulher está programada para usar mais a fala que o homem? A anatomia humana demonstra que a estrutura cerebral e cognitiva de homens e mulheres é idêntica, não havendo possibilidade de distinguir um dos sexos como “aquele que fala mais”, “aquele que fala melhor” ou “aquele que pode produzir mais frases por dia”. Não encontramos nenhuma evidência de natureza biológica que possa sustentar o mito de que “a mulher fala mais que o homem”.

Se o mito não encontra nenhum suporte na biologia, será que há aspectos culturais que levam as mulheres falarem mais que os homens? Alguns estudos realizados em culturas ocidentais próximas à nossa (cf. Lakoff, 1975; Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Holmes; Mayerhoof, 2008; Onnela *et al.*, 2014, entre outros) têm apontado que os homens – sim, os homens – falam mais que as mulheres, especialmente em situações públicas, onde a posse da fala representa status. Os homens não apenas falam mais que as mulheres em situação de poder, eles também as interrompem com frequência, monopolizando a fala, como mostram estudos recentes (cf. Snyder, 2014; Robb, 2015). Isso, inclusive, levou à criação dos termos *mansplaining* e *maninterrupting*, em inglês. Se, por um lado, os homens falam mais que as mulheres em situações que envolvem poder, algumas pesquisas mostram que, por outro lado, as mulheres costumam falar mais em contexto privado e familiar (Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Onnela *et al.*, 2014). Em grupos constituídos por pares, em que normalmente não há status, as mulheres costumam ser mais loquazes. O mito parece então ter um fundo cultural. Parece que, em algumas culturas, há um “ideal de fala tácito” que as mulheres deveriam tentar atingir. Segundo esse ideal, elas devem “falar menos que os homens em situações públicas”. Portanto, nessas culturas, se uma mulher tem desenvoltura para falar em público, ela pode levar a fama de “falar demais”.

Chegamos, então, as seguintes conclusões: a) Não podemos afirmar, de maneira categórica, nem tampouco defender a ideia de que a mulher fala mais do que o homem. Como vimos, alguns estudos demonstram que, em contextos familiares e íntimos, as mulheres falam mais do que os homens. Contudo, quando a fala acontece em público, associada a status e poder, o homem não apenas fala mais que a mulher como também tende a não permitir que ela fale tanto quanto ele. b) Há nas sociedades como a nossa uma expectativa de que as mulheres falem menos do que os homens em situações públicas. Por estar situada numa estrutura social patriarcal, quando uma mulher se expressa “mais do que deveria” em público, ela pode receber julgamentos negativos.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *Mitos de linguagem*. São Paulo: Parábola, 2017. p. 13-24. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O Texto 1, considerando-se o modo de organização textual e o desenvolvimento do conteúdo temático, é construído a partir de uma tipologia

- (A) narrativa.
- (B) argumentativa.
- (C) descritiva.
- (D) expositiva.

QUESTÃO 02

No enunciado “Parece que, em algumas culturas, há um ‘ideal de fala tácito’ que as mulheres deveriam tentar atingir”, o termo “tácito” pode ser substituído sem prejuízo na textualidade e no sentido por

- (A) “importante”.
- (B) “patente”.
- (C) “tático”.
- (D) “implícito”.

QUESTÃO 03

Ao fazer uma citação, o enunciador pode, por meio de algum recurso discursivo, assumir um posicionamento de endosso ou de afastamento em relação ao conteúdo citado. São casos de endosso e de afastamento respectivamente:

- (A) “Se o mito não encontra nenhum suporte na biologia, será que há aspectos culturais que levam ‘as mulheres falarem mais que os homens’?”; “A anatomia humana demonstra que a estrutura cerebral e cognitiva de homens e mulheres é idêntica [...]”.
 - (B) “Não encontramos nenhuma evidência de natureza biológica que possa sustentar o mito de que ‘a mulher fala mais que o homem’”; “Alguns estudos realizados em culturas ocidentais próximas à nossa (cf. Lakoff, 1975; Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Holmes; Mayerhoof, 2008; Onnela *et al.*, 2014, entre outros) têm apontado que os homens – sim, os homens – falam mais que as mulheres [...]”.
 - (C) “Será que as mulheres fariam mais que os homens e, por isso, ‘falam demais’?”; “Se, por um lado, os homens falam mais que as mulheres em situações que envolvem poder, algumas pesquisas mostram que, por outro lado, as mulheres costumam falar mais em contexto privado e familiar (Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Onnela *et al.*, 2014)”.
 - (D) “Os homens não apenas falam mais que as mulheres em situação de poder, eles também as interrompem com frequência, monopolizando a fala, como mostram estudos recentes (cf. Snyder, 2014; Robb, 2015)”;
- “Em nossa sociedade, parece haver o mito de que ‘as mulheres falam demais’”.

QUESTÃO 04

No enunciado “Isso, inclusive, levou à criação dos termos *mansplaining* e *maninterrupting*, em inglês”, o operador argumentativo “inclusive” constrói um efeito de sentido de

- (A) especificação e paráfrase.
- (B) explicação e reformulação.
- (C) adição e ênfase.
- (D) contradição e intensidade.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 07**.

Texto 2

Fome de água no berço das águas: Mulheres do Cerrado lutam por segurança hídrica e alimentar no bioma mais ameaçado do Brasil

Ludmila Pereira

O Cerrado passa por transformações profundas. As razões não são naturais, e sim atribuídas à expansão do uso industrial da terra, em atividades ligadas ao agronegócio. Esse modelo de exploração da terra acelera mudanças climáticas e reforça alterações regionais, gerando um ciclo maléfico de seca e de ameaça a populações já vulnerabilizadas, em especial as mulheres.

Um estudo publicado em 2024, na revista científica *Nature Communication*, mostra que o meio do Brasil – onde fica o Cerrado – passa pela seca mais severa dos últimos 700 anos. Outra análise, realizada por um grupo de pesquisadores do Instituto Cerrados e da Agência Nacional de Águas (ANA), mostra que o volume de água do Cerrado pode reduzir 34% até 2050. Devido à expansão agrícola, 90% das bacias hidrográficas do Cerrado podem diminuir o seu fluxo de água.

Os efeitos já são sentidos no campo e na cidade. Ligar a torneira e não encontrar o principal ingrediente para a primeira refeição do dia é desolador. Em casos como esse, as mulheres são as mais impactadas. Em geral, pesa sobre elas a responsabilidade de garantir água para a alimentação e para o cuidado da casa. Nesse contexto, mulheres, especialmente as mães solas, se tornam reféns de adoecimento e preocupação constante, como conta a quilombola Emília Costa durante um dos encontros da Articulação de Mulheres do Cerrado.

“O primeiro impacto que a gente sente das violações do Cerrado é em nossos corpos, justamente porque nós mulheres temos relação direta de cuidado e uma sensibilidade melhor para sentir as coisas benéficas e, infelizmente, também as mazelas que chegam até nós, em nossos territórios”, relata Costa, do Quilombo Santo Antônio do Costa, no Maranhão.

Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mulheres-do-cerrado-lutam-por-seguranca-hidrica-e-alimentar-no-bioma-mais-ameacado-do-brasil/>. Acesso em: 18 fev. 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 05

Qual é o tema discutido no Texto 2?

- (A) Regulação da fronteira agrícola usada na produção de *commodities* como medida de combate aos efeitos das mudanças climáticas e como política pública indutora de igualdade social.
- (B) Crise hídrica no Cerrado decorrente de mudanças climáticas causadas pela expansão do agronegócio e seu impacto sobre a vida de mulheres em condição de vulnerabilidade social.
- (C) Impacto das atividades das indústrias de mineração sobre o equilíbrio do meio ambiente, considerando-se o aumento das atividades extrativistas e o risco de poluição de rios e do lençol freático.
- (D) Políticas públicas voltadas para a atenção de povos originários em situação de vulnerabilidade, com ações que visam garantir o acesso à água, a proteção do território e o combate à fome.

QUESTÃO 06

A expressão “no berço das águas”, presente no título do Texto 2, é construída a partir do uso de uma figura de linguagem denominada de

- (A) metáfora.
- (B) metonímia.
- (C) catacrese.
- (D) oxímoro.

QUESTÃO 07

Considerando-se o processo de progressão temática, o segundo parágrafo do Texto 2 é construído a partir de um recurso argumentativo baseado em

- (A) evidência por amostragem.
- (B) análise de dados estatísticos.
- (C) citação de discursos de autoridade.
- (D) comparação de elementos naturais.

Leia o **Texto 3** para responder às questões de **08 a 10**.

Texto 3**A importância do ato de escrever**

Ao escrever, vivenciamos um deslocamento da nossa interioridade para exterioridade: vamos do gesto da escrita para o gesto da leitura e voltamos, mais uma vez, para a (re)escrita. Assim, vivenciamos um movimento de ir e vir entre os atos de escrever e ler.

Escrever é revelar o que existe dentro do nosso mundo interno, e só podemos saber o que vai vir lá de dentro quando, de fato, escrevemos, pois se trata de um conhecimento que se completa com essa passagem do “dentro” para o “fora”.

Os atos de ler e de escrever (as palavras e o mundo) são imprescindíveis para se conhecer a vida, a sociedade e o próprio “eu”. Dessa forma, como a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra – como nos ensina Paulo Freire – e sempre está imbricada nesta, escrever a palavra, com marcas de autoria, exige de quem escreve uma postura ativa, própria de uma pessoa que se engaja, age e transforma o mundo. Escrevemos o mundo, escrevemos nossos dias, escrevemos nossos desejos, nossas crenças, nossas vontades e nossas ideologias todos os dias quando vivemos nossas vidas. É preciso ampliar esse olhar para o que é escrever, o que é ser autor/a, a fim de que possamos ter mais consciência das escolhas que fazemos ao produzir um texto. Quando assumimos uma postural autoral ativa, fazemos algo que vai muito além do que simplesmente preencher uma folha (ou uma tela) com palavras.

DIAS, Juliana de Freitas. *Leitura e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2023. p. 56. [Adaptado].

QUESTÃO 08

Defende-se, no Texto 3, a ideia de que ler e escrever

- (A) são ações negligenciadas na formação escolar, razão pela qual grande parte das pessoas que passaram pela educação básica permanece tendo dificuldade com a escrita.
- (B) constituem atividades interligadas que envolvem as palavras e o mundo, as quais são fundamentais para o autoconhecimento e para a compreensão e mudança da realidade.
- (C) constituem atos de formação fundamentais para o exercício pleno da cidadania, sendo, portanto, os elementos que indicam o quanto o *eu* está preparado para a vida pública.
- (D) são modos de interagir esteticamente com o mundo, por meio dos quais se pode expressar a beleza e a vastidão do universo, aderindo ao seu chamado por engajamento.

QUESTÃO 09

Considere o seguinte recorte: “Dessa forma, como a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra – como nos ensina Paulo Freire – e sempre está imbricada nesta, escrever a palavra, com marcas de autoria, exige de quem escreve uma postura ativa, própria de uma pessoa que se engaja, age e transforma o mundo”. Nesse trecho, o termo “nesta”, considerando o contexto de ocorrência, estabelece uma coesão referencial com

- (A) “Dessa forma”.
- (B) “leitura do mundo”.
- (C) “a palavra”.
- (D) “leitura da palavra”.

QUESTÃO 10

De acordo com a perspectiva adotada em *A importância do ato de escrever*, as marcas de autoria são alcançadas quando

- (A) o texto reflete a interioridade do autor e sua busca por mudar o mundo.
- (B) o autor evidencia domínio e profundidade no tratamento do assunto.
- (C) o texto traz saberes inovadores para um determinado campo de atuação social.
- (D) o autor apresenta um diálogo maduro e autônomo com suas fontes.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questões de 11 a 15****QUESTÃO 11**

Considere a proposição: “Todos os relatórios foram aprovados e nenhum documento apresentou inconsistência.” A negação lógica dessa proposição é:

- (A) algum relatório não foi aprovado ou algum documento apresentou inconsistência.
- (B) algum relatório não foi aprovado e nenhum documento apresentou inconsistência.
- (C) nenhum relatório foi aprovado ou algum documento apresentou inconsistência.
- (D) nenhum relatório foi aprovado e algum documento apresentou inconsistência.

QUESTÃO 12

Um capital de R\$ 10.000,00 foi aplicado a juros compostos, com taxa de 10% ao ano, durante dois anos. O montante acumulado ao final do período é:

- (A) R\$ 11.800,00.
- (B) R\$ 11.900,00.
- (C) R\$ 12.000,00.
- (D) R\$ 12.100,00.

QUESTÃO 13

Leia o caso a seguir.

Em um programa de capacitação, 220 servidores participaram de pelo menos um dos cursos oferecidos, podendo ser A, B ou C. Sabe-se que:

- 120 participaram do curso A;
- 110 participaram do curso B;
- 90 participaram do curso C;
- 50 participaram de A e B;
- 40 participaram de A e C;
- 30 participaram de B e C;
- 20 participaram dos três cursos.

O número de servidores que participaram exclusivamente do curso A é de

- (A) 30.
- (B) 40.
- (C) 50.
- (D) 60.

QUESTÃO 14

Uma equipe de 6 analistas elabora 18 relatórios em 4 dias, trabalhando 6 horas por dia, com produtividade constante. Mantidas as mesmas condições de produtividade, o número de relatórios produzidos por 8 analistas, trabalhando 5 dias, 9 horas por dia, será de

- (A) 36.
- (B) 45.
- (C) 48.
- (D) 54.

QUESTÃO 15

Leia o caso a seguir.

Os valores observados em determinado indicador são:

4, 6, 6, 8, 10

Deseja-se acrescentar um novo valor à lista, de modo que:

- a mediana permaneça igual a 6;
- a moda permaneça igual a 6;
- e a média diminua.

O maior número inteiro que satisfaz simultaneamente essas três condições é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Questões de 16 a 20****QUESTÃO 16**

Uma organização pública implementou política de backup com as seguintes características: cópia diária incremental, cópia completa semanal e armazenamento das cópias em servidor externo à rede local. Em um incidente de *ransomware* ocorrido na quarta-feira, arquivos críticos foram criptografados após o expediente. Para restaurar os dados com menor perda possível de informações, a estratégia adequada consiste em utilizar a cópia

- (A) completa realizada na semana anterior.
- (B) incremental do dia anterior ao incidente combinada à última cópia completa.
- (C) incremental disponível, independentemente da data.
- (D) armazenada no servidor externo, sem considerar a periodicidade.

QUESTÃO 17

No Microsoft Excel, em sua configuração padrão para o idioma Português (Brasil), considere a fórmula =SE(E(A1>10;B1<5);A1*B1;A1+B1). Para A1 = 12 e B1 = 4, o valor retornado será

- (A) 8.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 48.

QUESTÃO 18

No contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), uma instituição mantém banco de dados com informações de servidores públicos para fins de gestão administrativa. Caso ocorra incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a organização deverá comunicar

- (A) o ocorrido aos titulares dos dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- (B) o fato à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, mantendo registro interno da ocorrência.
- (C) o fato aos titulares, após a conclusão da investigação interna, caso seja indicada a necessidade.
- (D) o ocorrido aos titulares que formalizarem questionamento sobre eventual vazamento.

QUESTÃO 19

Em ambiente corporativo com múltiplos usuários, o controle de acesso baseado em privilégios mínimos tem como objetivo

- (A) conceder a usuários direitos administrativos ampliados para facilitar a execução de atividades operacionais.
- (B) impedir a instalação de qualquer software nos equipamentos institucionais.
- (C) centralizar o uso de credenciais compartilhadas entre equipes de trabalho.
- (D) restringir o acesso de cada usuário aos recursos necessários ao desempenho de suas funções.

QUESTÃO 20

Em ambiente organizacional que utiliza plataforma de armazenamento em nuvem com edição colaborativa, por exemplo OneDrive, o recurso de histórico de versões contribui para a governança documental ao permitir

- (A) substituir versões anteriores do documento durante o processo de edição colaborativa.
- (B) bloquear alterações realizadas por usuários com permissão de edição.
- (C) registrar alterações sucessivas e restaurar versões anteriores quando necessário.
- (D) restringir o compartilhamento do documento após sua primeira publicação.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO****Questões de 21 a 30****QUESTÃO 21**

Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a moralidade da Administração Pública não se limita à simples averiguação subjetiva, devendo ser acrescida finalidade pública. Sob essa ótica, o equilíbrio entre legalidade e finalidade pública

- (A) consolida a moralidade do ato administrativo como produto do esforço social coletivo.
- (B) autoriza a dispensa do interesse público em casos de extrema urgência ou calamidade pública.
- (C) permite ao gestor priorizar a eficiência financeiro-econômica em detrimento da legalidade estrita.
- (D) garante a imunidade disciplinar do servidor que agir seguindo diretamente ordem superior escrita.

QUESTÃO 22

No que tange ao federalismo definido pela Constituição Federal de 1988, a criação de um novo município, seja por fusão, incorporação, ou desmembramento, deve ser

- (A) precedida de lei complementar federal e estudo de viabilidade municipal.
- (B) precedida de lei ordinária estadual e estudo de viabilidade federal e estadual.
- (C) acompanhada por referendo local e lei municipal regulamentadora.
- (D) acompanhada de referendo estadual e estudo de viabilidade municipal.

QUESTÃO 23

Leia o caso a seguir.

Um estado da federação aprova a lei estadual ordinária que amplia as formas de pagamento dos planos privados de assistência à saúde e odontológica, ainda que com parecer contrário da procuradoria da respectiva câmara legislativa. Um partido político com representação no congresso nacional ingressa com ação do Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade dessa lei.

Conforme regras de repartição de competência definidas pela Constituição Federal de 1988 e jurisprudência, a referida lei estadual trazida no caso é

- (A) constitucional, ante a competência exclusiva do Estado para regular questões de saúde pública.
- (B) constitucional, ante a competência comum para regulamentar questões de saúde pública.
- (C) inconstitucional, porquanto a ampliação das formas de pagamento de planos privados é de competência privativa da união.
- (D) inconstitucional, porquanto a ampliação de formas de pagamento de planos privados de saúde deve ocorrer por lei complementar.

QUESTÃO 24

Leia o caso a seguir.

Um agente público edita e publica portaria sem assinatura do responsável legal pela confecção do ato. O agente responsável pelo ato normativo, ao perceber a falha, publica retificação da portaria contendo a sua assinatura.

No presente caso, o ato administrativo regulamentar (portaria) é

- (A) inexistente, porquanto o ato original estava sem assinatura do responsável legal.
- (B) inválido, porquanto o agente era incompetente para publicar o ato retificador.
- (C) legal, porquanto houve usurpação do poder regulamentar pelo agente público.
- (D) eficaz, porquanto apto para a produção de todos os efeitos pretendidos.

QUESTÃO 25

Constituindo uma novidade legal trazida pela Lei nº 14.133/2021, o diálogo competitivo, de inspiração europeia, é cabível na hipótese de necessidade de

- (A) especificações técnicas consagradas na literatura técnica.
- (B) inovação tecnológica ou técnica de vanguarda ou prospecção.
- (C) satisfação das necessidades comuns da Administração Pública.
- (D) realização de obras ou serviços básicos de engenharia.

QUESTÃO 26

Consoante as disposições da Lei nº 8.112/1990 acerca das formas de provimento e vacância, na hipótese de ocorrer a reintegração de um servidor estável em decorrência de decisão judicial que invalidou sua demissão, o eventual ocupante da vaga, desde que também tenha estabilidade,

- (A) deverá ser exonerado de ofício, tendo em vista que a nulidade da demissão do anterior ocupante opera efeitos *ex tunc*, desconstituindo o provimento posterior.
- (B) será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a qualquer indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (C) fará jus à recondução ao cargo anteriormente ocupado, sendo-lhe assegurada a indenização pelos prejuízos financeiros decorrentes do deslocamento.
- (D) será obrigatoriamente colocado em disponibilidade com remuneração integral, até que ocorra o seu aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos afins.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

O Município X apresenta uma Receita Corrente Líquida (RCL) anual de R\$ 1 bilhão; o ente planeja adquirir uma nova frota de ambulâncias. Durante a execução dessa despesa, a administração municipal emite um ato que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

A partir do caso, o descrito estágio da despesa deve respeitar o limite do crédito orçamentário disponível, denominado

- (A) liquidação.
- (B) pagamento.
- (C) empenho.
- (D) lançamento.

RASCUNHO**QUESTÃO 28**

De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/1992 sobre o procedimento administrativo, caso uma representação destinada a apurar a prática de ato de improbidade seja rejeitada pela autoridade administrativa por não conter as formalidades legais, tal decisão

- (A) deve impedir que os mesmos fatos sejam levados ao conhecimento do Ministério Público para fins de investigação.
- (B) deve ser fundamentada e não impede a representação ao Ministério Público, nos termos prescritos pelo legislador.
- (C) gera a obrigatoriedade de instauração, pela autoridade, de ofício, de processo administrativo disciplinar, independentemente da falha formal.
- (D) gera a preclusão do direito de investigar o agente público pelos mesmos fatos nas esferas cível e administrativa.

QUESTÃO 29

Entre os vários princípios atinentes à atuação da Administração Pública frente aos particulares, o princípio que preconiza a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos, é o princípio da

- (A) finalidade.
- (B) necessidade.
- (C) adequação.
- (D) transparência.

QUESTÃO 30

No modelo orçamentário brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) funciona como um elo entre o planejamento estratégico de longo prazo e a execução financeira anual. Para além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a LDO tem como finalidade

- (A) instituir as normas gerais de direito financeiro e fiscal que regem a gestão patrimonial de todos os entes da Federação.
- (B) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento bem como dispor sobre critérios para a limitação de empenho.
- (C) definir as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes para um período de quatro anos.
- (D) estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro, detalhando os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

ASSISTENTE SOCIAL

Questões de 31 a 50

QUESTÃO 31

A instrumentalidade no Serviço Social ultrapassa os instrumentais e os procedimentos técnicos, articulando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, sendo compreendida como

- (A) a particularidade determinada no movimento dialético que o Serviço Social faz com a realidade, que se enquadra como categoria que viabiliza à(ao) assistente social romper com as estruturas impostas pela cultura institucional clientelista e assistencialista diante dos objetivos burgueses.
- (B) a capacidade historicamente construída pelo Serviço Social, que se configura como mediação no processo de trabalho que permite à(ao) profissional mobilizar meios e instrumentos na satisfação de necessidades e no alcance de suas finalidades frente às determinações concretas da realidade.
- (C) a qualidade crítica assumida no projeto ético-político do Serviço Social, que se consolida na razão formal abstrata que constrói as mediações necessárias para o exercício da(o) assistente social em contraposição ao projeto burguês frente à correlação de forças estabelecidas na sociedade capitalista.
- (D) a propriedade adquirida na trajetória sócio-histórica do Serviço Social, que se expressa na razão instrumental que possibilita à(ao) assistente social condições técnicas e éticas para o desenvolvimento do saber-fazer profissional diante do cotidiano pautado na imediatividade e na heterogeneidade.

RASCUNHO**QUESTÃO 32**

A trajetória da política de saúde no Brasil é marcada pela disputa entre projetos societários que, no início dos anos de 1990, são identificados por dois projetos, quais sejam: reforma sanitária e privatista. Por quais fundamentos se distinguem esses projetos?

- (A) O projeto de reforma sanitária propõe ações democráticas junto às instâncias de controle social; o projeto privatista pressupõe a mercantilização e a articulação regionalizada entre a rede privada e a rede pública dos serviços de saúde.
- (B) O projeto de reforma sanitária defende a saúde como direito da população que recorre aos serviços em seus diferentes níveis de complexidade; o projeto privatista pressupõe que a população desenvolva ações de socialização de informações.
- (C) O projeto de reforma sanitária defende a universalização da política de saúde na perspectiva dos direitos sociais; o projeto privatista prevê ações pautadas na política de ajuste, focalizando o atendimento à população vulnerável.
- (D) O projeto de reforma sanitária propõe um modelo assistencial de ações no atendimento das demandas da população; o projeto privatista prevê a seleção socioeconômica diante do alto número de pessoas atendidas e do orçamento disponível.

QUESTÃO 33

A partir da perspectiva marxiana, o Serviço Social deve ser compreendido no movimento histórico da sociedade frente ao complexo processo de reprodução das relações sociais. Para tanto, faz-se imperioso ultrapassar

- (A) a perspectiva do Serviço Social como profissão, dispondo-o de respostas pontuais e fragmentadas que são demandadas pelas instituições, nomeadamente, pelo interesse do projeto que se apresenta naquele espaço.
- (B) a lógica da conjuntura em que se inserem as classes sociais, localizada pelas mudanças impressas no mercado de trabalho, mormente, no compasso epistemológico que se debruça no ocultamento das políticas sociais.
- (C) a dinamicidade da vida social, galvanizada pelas relações de gênero e étnico-raciais que remontam à lógica do ser social, singularmente, no movimento que a(o) assistente social imprime no cotidiano institucional.
- (D) a análise do Serviço Social em si mesmo, situando-o no contexto mais amplo que constitui a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem em face da questão social.

QUESTÃO 34

No contexto de retrocessos e contradições, a Lei nº 14.914/2024 representa avanços para a assistência estudantil – espaço privilegiado de trabalho das(os) assistentes sociais –, ampliando e garantindo as condições de permanência e de diplomação de estudantes tanto dos cursos superiores de graduação quanto dos cursos de nível médio das instituições federais. Essa política é garantida mediante programas de

- (A) assistência estudantil; bolsa e benefício de permanência; alimentação saudável; moradia; transporte; acessibilidade; permanência parental; acolhimento nas bibliotecas; atenção à saúde mental; e apoio a estudantes estrangeiros.
- (B) bolsa permanência; bolsa alimentação; bolsa de iniciação científica; moradia; assistência médica; inclusão digital; cultura; esporte e lazer; acesso para pessoas com deficiência; mente saudável; e apoio pedagógico.
- (C) assistência estudantil; alimentação; bolsa família; acompanhamento pedagógico; atendimento a pessoas neurodivergentes; ações afirmativas; cultura; inclusão digital; moradia; e restaurante universitário.
- (D) bolsa permanência; atenção à saúde; acompanhamento pedagógico; apoio à mobilização estudantil; acolhimento nas bibliotecas; assistência a cotas; esporte, cultura e lazer; permanência parental; e segurança alimentar.

QUESTÃO 35

O envelhecimento humano é um fenômeno histórico-social determinado pelas relações de produção e atravessado por desigualdades de classe, de gênero e de raça. Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que o envelhecimento é um direito

- (A) fundamental e provisional, e sua demanda estabelece a formulação de ações e estratégias operacionais visando a garantia de atendimento preferencial e individual.
- (B) de natureza programática e subjetiva, e sua proteção prevê uma diretriz orientadora para as políticas públicas objetivando a promoção de ações socioassistenciais.
- (C) subjetivo, exigível e personalíssimo, e sua proteção constitui-se como direito social de obrigação de Estado visando a garantia da vida e da saúde em condições de dignidade.
- (D) de ordem individual, política e econômica, e sua demanda requer a proteção especial do Estado provendo serviços e benefícios objetivando os mínimos sociais básicos.

QUESTÃO 36

As ações afirmativas e as políticas de permanência estudantil nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio constituem um arcabouço jurídico-administrativo e político orientado à garantia do acesso e da permanência de estudantes historicamente excluídos do ensino público federal. Nesse sentido, tais políticas promovem

- (A) intersectorialidade entre as instituições de ensino federal para a garantia da mobilidade estudantil e da circulação de estudantes entre os cursos, mediante o aproveitamento de créditos.
- (B) equidade no que se refere à procedência escolar, à renda, ao pertencimento étnico-racial e à deficiência na perspectiva da democratização da educação e do princípio da igualdade de condições.
- (C) reestruturação pedagógica e acadêmica do processo formativo para a efetivação da curricularização das atividades de extensão, buscando a permanência e a conclusão no curso.
- (D) ampliação da comunidade acadêmica entre estudantes em situação de risco e de vulnerabilidade social, com vistas à igualdade de oportunidades e ao respeito às diferenças e à diversidade.

QUESTÃO 37

A educação superior no Brasil vem sendo submetida aos contornos que negociam o conhecimento em consonância com os ditames da financeirização, transmutando a educação em mercadoria. Nesse processo de mercantilização, as instituições públicas de ensino superior

- (A) vivenciam o contexto de diversificação e de diferenciação institucional, reorganizando e direcionando as ações para a razão, a formação intelectual e o trabalho profissional.
- (B) orientam o processo acadêmico a partir dos critérios expressos na avaliação, fortalecendo e consolidando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- (C) articulam o substrato acadêmico e a necessidade demandada pelo mercado, corroborando e reafirmando ações para a construção, a produção e o acesso ao conhecimento.
- (D) enfrentam o subfinanciamento estrutural e o contingenciamento de recursos, reconfigurando e conduzindo para o produtivismo acadêmico, o quantitativismo e o ranqueamento.

QUESTÃO 38

A seguridade social no Brasil, embora tenha um caráter inovador ao intencionar a proteção social, foi institucionalizada nos marcos da sociedade capitalista, revelando a incompatibilidade entre trabalho e direitos sociais e caracterizando-se como um sistema

- (A) híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho com direitos de caráter universal e direitos seletivos.
- (B) integrado, que organiza direitos regionalizados e equânimes com direitos intersetoriais e direitos previdenciários.
- (C) redistributivo, que incorpora direitos igualitários e universais a direitos derivativos do trabalho e direitos cívicos.
- (D) incompatível, que conjuga direitos seletivos e subsidiários com direitos complementares e direitos homogêneos.

QUESTÃO 39

A Lei de Regulamentação profissional (Lei nº 8.662/1993) é um dos pilares que sustentam o projeto profissional, articulando princípios ético-políticos às demais dimensões constitutivas do Serviço Social. Um dos grandes debates alavancados por essa lei refere-se aos artigos 4º e 5º, que tratam, respectivamente,

- (A) das deliberações do CFESS e das jurisdições dos CRESS.
- (B) do fórum máximo de deliberação e do representante legal da categoria profissional.
- (C) das competências e das atribuições privativas das(os) assistentes sociais.
- (D) do registro profissional e do livre exercício das(os) assistentes sociais.

RASCUNHO**QUESTÃO 40**

A Política de Assistência Social, constituída como direito social, insere-se no caldo conservador da realidade brasileira, o que engendra análises superficiais atravessadas pela moralização da questão social, obscurecendo as determinações estruturais e culpabilizando a população. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível apreender as contradições da sociedade capitalista, considerando

- (A) as funções de controle exercidas pelo Estado burguês e de consenso da classe trabalhadora na materialização dos direitos políticos como mecanismos de subsidiar os conflitos de classe e a legitimação da ordem social vigente.
- (B) as armadilhas que se estabelecem a partir da luta de classes bem como suas formas de enfrentamento diante das mazelas das questões sociais que se forjam nos padrões compósitos e desiguais da autocracia burguesa.
- (C) a luta e a organização da classe trabalhadora, situada nas mediações institucionais que conformam a proteção social no interior da ordem capitalista frente aos processos de produção e reprodução das relações sociais.
- (D) as necessidades sociais e as condições de vida, de luta e de resistência da classe trabalhadora, expropriada da riqueza socialmente produzida e privada das condições objetivas de reconhecimento como sujeito de direitos.

QUESTÃO 41

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, marcada por requisições socioinstitucionais de ampliação do acesso e da permanência, processa-se em um campo de tensões entre a defesa da educação como direito social e as exigências de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. Nesse cenário, o trabalho profissional voltado para a garantia da qualidade da educação escolarizada fundamenta-se na

- (A) adoção de procedimentos técnico-instrumentais padronizados e uniformes, independentemente das particularidades dos níveis e das modalidades de ensino.
- (B) perspectiva de uma educação que contribua para a emancipação humana, articulada à apropriação do acervo científico e tecnológico pela classe trabalhadora.
- (C) centralidade de abordagens individuais e familiares, visando primordialmente à resolução de problemas de comportamento e ao ajustamento escolar do segmento estudantil.
- (D) transposição da pedagogia empresarial para o cotidiano institucional, objetivando o alcance de metas de eficiência e eficácia na gestão dos estabelecimentos educacionais.

QUESTÃO 42

O Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 (instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993) não se constitui como um conjunto de normas meramente procedimentais, mas representa a materialização de um projeto ético-político profissional que rompeu com a herança conservadora. Fundamentado nas bases ontológicas da teoria social crítica, esse projeto estabelece uma nova relação entre a ética e a política, na qual o exercício profissional qualificado pressupõe

- (A) a primazia da competência técnico-operativa sobre a direção política, visando assegurar a eficiência administrativa das respostas institucionais à questão social.
- (B) a neutralização dos conflitos de classe no cotidiano institucional, por meio de abordagens pautadas na moralidade e no ajustamento dos sujeitos sociais.
- (C) a compreensão da ética como constitutiva da práxis, vinculando o agir profissional a uma teleologia voltada para a emancipação humana.
- (D) a defesa da cidadania em sua dimensão meramente abstrata e contratual, focada no consenso necessário para a manutenção da ordem burguesa.

QUESTÃO 43

A questão social na contemporaneidade, sob a hegemonia da mundialização financeira, apresenta-se como um fenômeno que radicaliza as desigualdades e redefine as formas de intervenção do Estado. No Brasil, esse processo é marcado pela tensão entre a consolidação de políticas públicas e as exigências de ajuste fiscal permanente. Nessa conjuntura, a questão social deve ser compreendida como

- (A) indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades.
- (B) conjunto de riscos sociais inerentes à modernidade radicalizada, passíveis de administração e manejo técnico visando ao empoderamento dos sujeitos.
- (C) disfunção ou ameaça à coesão e à ordem social, resultante da inadaptação de antigos métodos de gestão do social aos novos marcos do mercado.
- (D) resíduo histórico superado pela expansão do mercado interno e pelo consumo de massas, que logrou eliminar o antagonismo entre as classes sociais.

QUESTÃO 44

A avaliação de políticas sociais no Brasil, a partir da década de 1980, sofreu forte influência da ótica gerencialista, que prioriza a aferição da eficiência e da eficácia governamental. Em contraposição a essa tendência tecnicista e pautada no racionalismo, a perspectiva histórico-dialética propõe uma análise fundamentada na totalidade concreta. Nessa direção, a avaliação de uma política social deve

- (A) restringir-se ao estabelecimento de uma relação de causalidade entre um programa e seu resultado, utilizando como parâmetro exclusivo o alcance das metas institucionais.
- (B) pautar-se na abordagem sequencial para explicar a política como uma sucessão linear de ações com início, meio e fim, visando à resolução de problemas individuais.
- (C) fundamentar-se na neutralidade técnica do Estado para determinar a relação custo-benefício entre os gastos efetuados e o montante de pessoas beneficiadas pela ação.
- (D) situar-se na compreensão do significado do papel do Estado e das classes sociais, apreendendo a política em sua múltipla causalidade e funcionalidade.

QUESTÃO 45

A intersetorialidade nas políticas públicas tem sido valorizada como uma estratégia para superar a fragmentação das ações e elevar a efetividade das respostas às complexas demandas sociais. No âmbito da gestão pública e do exercício profissional, a implementação da perspectiva intersetorial

- (A) constitui uma lógica antagônica à setorialidade, visando à substituição progressiva dos recortes especializados das pastas em favor de uma gestão unificada e homogênea.
- (B) configura a articulação de saberes e experiências para o alcance de resultados cooperativos, pressupondo a mudança de práticas e da cultura organizacional das instituições.
- (C) restringe-se à justaposição de programas e projetos formulados setorialmente, com o objetivo primordial de garantir a logística e a otimização dos recursos financeiros disponíveis.
- (D) fundamenta-se na neutralidade dos saberes técnicos, operando por meio da convergência de fluxos administrativos que independem dos conflitos de interesses entre as classes sociais.

QUESTÃO 46

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, consolidou a transição do modelo médico para o modelo social da deficiência no ordenamento jurídico pátrio. Sob essa nova perspectiva, a deficiência deixa de ser um atributo estritamente individual e patológico para ser compreendida como o resultado da interação entre sujeitos e barreiras. Ao operacionalizar essa diretriz, a legislação estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, será

- (A) fundamentada no diagnóstico clínico-médico uniprofissional, centrada na descrição das lesões e na aferição do grau de incapacidade laboral para fins de interdição.
- (B) administrativa e discricionária, pautada na identificação de vulnerabilidades sociais temporárias e na análise exclusiva das barreiras tecnológicas presentes no entorno.
- (C) biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os impedimentos corporais e os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- (D) estruturada em perícia técnica documental, focada na comprovação de impedimentos de curto e médio prazos que obstruam a participação social plena e efetiva.

QUESTÃO 47

As expressões do preconceito e da discriminação racial e de gênero no Brasil, como o racismo e a transfobia, não se restringem a atitudes individuais. As reflexões produzidas pelo Conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social) sobre o enfrentamento ao racismo e à transfobia indicam que esses fenômenos não se limitam ao campo das subjetividades, portanto, constituindo processos estruturantes que rebatem nas dinâmicas institucionais. No cotidiano do exercício profissional, a intervenção crítica voltada para o combate a essas opressões pressupõe

- (A) a centralidade de ações voltadas ao ajustamento moral e à correção de comportamentos individuais considerados desviantes.
- (B) a reiteração da neutralidade técnica no atendimento institucional como forma de garantir a imparcialidade no acesso a direitos.
- (C) a fundamentação da prática no binarismo de gênero, assegurando que o atendimento seja pautado em atributos estritamente biológicos.
- (D) a apreensão da dimensão político-programática, visando ao desvelamento de práticas que mantêm a invisibilidade de sujeitos.

QUESTÃO 48

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), instituído pelo Decreto nº 6.833/2009, visa coordenar e integrar ações nas áreas de assistência, perícia oficial e promoção à saúde, em conformidade com a política de segurança do trabalho do Governo Federal. No âmbito desse subsistema, as ações de promoção, prevenção e acompanhamento da saúde caracterizam-se pela

- (A) intervenção no processo de adoecimento do servidor, abrangendo tanto o aspecto individual quanto as relações coletivas no ambiente de trabalho.
- (B) prestação de assistência clínica voltada para a detecção precoce de doenças, visando primordialmente ao tratamento e à reabilitação física do servidor.
- (C) realização de ação médica ou odontológica de perícia oficial, com a finalidade de avaliar a aptidão para o exercício de atividades laborais.
- (D) mudança obrigatória da unidade de lotação ou do órgão de origem para o servidor que exercer atividades técnicas em unidades integrantes do SIASS.

QUESTÃO 49

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) instituiu o Conselho Tutelar como um mecanismo fundamental para a garantia e proteção dos direitos infantojuvenis. De acordo com o Artigo 131 dessa Lei, o Conselho Tutelar caracteriza-se por ser um órgão

- (A) jurisdicional e dependente, vinculado diretamente à estrutura do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- (B) permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) transitório, composto por membros de livre nomeação e exoneração por parte do chefe do executivo municipal.
- (D) de natureza consultiva, sem competência para aplicar medidas de proteção previstas na legislação.

QUESTÃO 50

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) estabelece que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar deve ser prestada de forma articulada, integrando princípios da assistência social, da saúde e da segurança pública. No que concerne às determinações que o juiz deve assegurar à mulher vítima de violência para a preservação da sua integridade física e psicológica, assim como para a garantia do seu atendimento integral, a Lei Maria da Penha dispõe que

- (A) a manutenção do vínculo laboral, em caso de necessidade de afastamento do local de trabalho, será garantida pelo prazo mínimo de doze meses.
- (B) o acesso prioritário à remoção é um direito garantido a todas as trabalhadoras ofendidas, independentemente de serem do setor público ou privado.
- (C) a assistência compreenderá o acesso aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
- (D) a inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais do governo deve ser determinada pela autoridade judiciária por prazo indeterminado.

RASCUNHO**RASCUNHO**